

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE
EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA
PRIMEIRA EMISSÃO DE BROOKFIELD ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de Brookfield Energia Renovável S.A." ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora e ofertante das Debêntures (conforme definido abaixo):

BROOKFIELD ENERGIA RENOVÁVEL S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM (conforme definido abaixo), com sede na ~~[Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach 200] *ou* [Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Anchieta 1856]~~, 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andares, salas 101, 201 a 204, e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22775-028 inscrita no CNPJ (conforme definido abaixo) sob o n.º 02.808.298/0001-96, com seus atos constitutivos registrados perante a ~~[JUCERJA] *ou* [JUCEPAR]~~ (conforme definido abaixo) sob o NIRE ~~[41.3.00022704]~~, 33.3.0032372-4, neste ato representada nos termos de seu ~~estatuto social~~ Estatuto Social ("Companhia"); e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo):

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, sala 2401, Centro, CEP 20.050-005, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos de seu ~~contrato social~~ Contrato Social ("Agente Fiduciário", e a Companhia e o Agente Fiduciário, em conjunto, "Partes", quando referidos coletivamente, e "Parte", quando referidos individualmente);

de acordo com os seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1 São considerados termos definidos, para os fins desta Escritura de Emissão, no singular ou no plural, os termos a seguir, sendo que termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Escritura de Emissão que não estiverem aqui

definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

~~"Afiladas" significam, com relação a uma pessoa, as Controladoras, as Controladas e as Coligadas de, e as Sociedades sob Controle Comum com, tal pessoa.~~

"Agente Fiduciário" tem o significado previsto no preâmbulo.

"ANBIMA" significa ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

"Auditor Independente" significa auditor independente registrado na CVM.

"B3" significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTM, conforme aplicável.

"BAM" significa a Brookfield Asset Management, Inc.

~~"Banco Depositário" tem o significado previsto no Contrato de Cessão Fiduciária~~ significa o [●].

~~"Banco Liquidante": significa Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, o [●].~~

"Cessão Fiduciária" tem o significado previsto na Cláusula ~~7.97.10~~ abaixo.

"CETIP21" significa CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3.

"CMN" significa Conselho Monetário Nacional.

"CNPJ" significa Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

"Código de Processo Civil" significa a Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

~~"Coligada" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer sociedade coligada a tal pessoa, conforme definido no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.~~

"Companhia" tem o significado previsto no preâmbulo.

"Conta Vinculada" tem o significado previsto na Cláusula ~~7.97.10~~ abaixo.

"Contrato de Cessão Fiduciária" significa o "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado ~~em [●] de [●] de 2018~~, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos (conforme aplicável), que tratará de todas as condições relativas à Cessão Fiduciária;

"Contrato de Banco Depositário" significa o "[Contrato de Prestação de Serviços de Depositário]", celebrado ~~em [•] de [•] de 2018~~, entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário, e seus aditamentos;

"Contrato de Distribuição" significa o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da ~~Primeira Emissão de~~ Brookfield Energia Renovável S.A.", entre a Companhia e o Coordenador Líder.

"Controlada" significa, com relação a qualquer ~~pessoa~~Pessoa, qualquer sociedade controlada (conforme definição de Controle), direta ou indiretamente, por tal ~~pessoa~~Pessoa.

"Controladora" significa, com relação a qualquer ~~pessoa~~Pessoa, qualquer controladora (conforme definição de Controle), direta ou indireta, de tal ~~pessoa~~Pessoa.

"Controle" significa o controle, direto ou indireto, de qualquer sociedade, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, observado no caso específico da BAM, o disposto no "Controle BAM", abaixo definido.

"Controle BAM" significa o controle político da BAM com relação a uma Pessoa, independentemente de sua participação, direta ou indireta, no capital social de referida Pessoa.

"Coordenador Líder" significa a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada para coordenar e intermediar a Oferta, sendo a instituição líder da distribuição.

"Créditos Cedidos Fiduciariamente" tem o significado previsto na Cláusula 7.9 abaixo.

"CVM" significa Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Emissão" tem o significado previsto na Cláusula 7.10 abaixo.

"Data de Integralização" tem o significado previsto na Cláusula 6.3 abaixo.

"Data de Vencimento" tem o significado previsto na Cláusula 7.11 abaixo.

"Data Limite de Colocação" tem o significado previsto no Contrato de Distribuição.

"Debêntures" significam as debêntures objeto desta Escritura de Emissão.

"Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a

qualquer Coligada de qualquer das ~~peçoas~~Pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer administrador, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das ~~peçoas~~Pessoas referidas nos itens anteriores.

"Debenturistas" significam os titulares das Debêntures.

"Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia" tem o significado previsto na Cláusula 8.1 abaixo, inciso I, alínea (a).

"Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na ~~{Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro}~~ ou ~~{na Cidade de Curitiba~~São Paulo, Estado ~~do Paraná~~,de São Paulo e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

"Dívida Financeira" significa, com relação a uma ~~peçoas~~Pessoa, ~~excetuadas as operações celebradas entre as Controladoras e as Controladas de tal Pessoa, direta ou indiretamente, eventuais instrumentos financeiros nos quais tal Pessoa figure como devedora, conforme informações apresentadas nas demonstrações financeiras (consolidadas, se aplicável) de tal peçoas~~, ~~{qualquer valor devido, Pessoa, celebrados~~ no Brasil ou no exterior, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, *leasing* financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou ~~instrumentos similares~~; (ii) ~~ações a pagar~~; (iii) ~~demais títulos de crédito~~; (ii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (ive) (iii) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas ~~em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras~~; e (v) ~~obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável~~.

"Dívida Financeira Líquida" significa, com relação a uma ~~peçoas~~Pessoa, com base nas demonstrações financeiras (consolidadas, se aplicável) de tal ~~peçoas~~Pessoa, ~~{a Dívida Financeira de tal peçoas~~Pessoa, deduzida do somatório do caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, ~~livres e desembaraçados de quaisquer Ônus~~.

"Documentos das Obrigações Garantidas" significam, em conjunto, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Banco Depositário e ~~os demais documentos e/ou eventuais~~ aditamentos ~~relacionados~~ aos instrumentos referidos acima.

~~["DOERJ" significa Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.]~~ ~~{ou}~~
~~["DOEPR" significa Diário Oficial do Estado do Paraná.]~~

"EBITDA" significa, com relação a uma ~~peessoa~~Pessoa, com base nas demonstrações financeiras (consolidadas, se aplicável) de tal ~~peessoa~~Pessoa relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução da CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012.

"Efeito Adverso Relevante" significa (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (~~financeira ou de outra natureza~~), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais ~~e/ou nas perspectivas~~ da Companhia ~~e de suas Controladas, consideradas em conjunto~~; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

"Emissão" significa a presente primeira emissão das Debêntures da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

"Encargos Moratórios" tem o significado previsto na Cláusula 7.22 abaixo.

"Escritura de Emissão" tem o significado previsto no preâmbulo.

"Escriturador" significa Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12.

"Evento de Inadimplemento" tem o significado previsto na Cláusula 7.25 abaixo.

~~["IGPM" significa Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.]~~

"Índice Financeiro" tem o significado previsto na Cláusula 7.25.2 abaixo, inciso ~~XVI~~XIV.

"Instrução CVM 358" significa Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

"Instrução CVM 476" significa Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

"Instrução CVM 539" significa Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

"Instrução CVM 583" significa Instrução da CVM n.º 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada.

"Investidores Profissionais" tem o significado previsto no artigo 9º-A da Instrução CVM 539.

~~["IPCA" significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.]~~

"Investidores Qualificados" tem o significado previsto no artigo 9º B, da Instrução CVM 539.

~~["JUCERJA" significa Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.]~~ ~~{ou}~~
~~["JUCEPAR" significa a Junta Comercial do Estado do Paraná.]~~

"Legislação Anticorrupção" significam as disposições legais e regulamentares relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público, incluindo a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado, e, conforme aplicável, o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *U.K. Bribery Act*.

"Lei das Sociedades por Ações" significa Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

"Lei do Mercado de Valores Mobiliários" significa Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

"MDA" significa MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3.

"Montante Mínimo da Cessão Fiduciária" tem o significado previsto na Cláusula ~~7.9.1~~7.9.2 abaixo.

"Obrigações Garantidas" significam (i) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, de prêmio de pagamento antecipado, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures, a esta Escritura de Emissão e aos demais Documentos das Obrigações Garantidas, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Companhia nos termos ~~das Debêntures~~, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, e custos, razoavelmente incorridos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e (iii) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e/ou em decorrência da

constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução da Cessão Fiduciária.

"Oferta" significa a oferta pública de distribuição com esforços restritos das Debêntures, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

"Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima.

"Parte" tem o significado previsto no preâmbulo.

"Período de Capitalização" é o intervalo de tempo que se inicia desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na data de pagamento da Remuneração subsequente.

"Pessoa" significa um indivíduo, uma sociedade de qualquer tipo ou natureza, uma associação, um fideicomisso, um fundo de investimento, uma sociedade de fato ou sem personalidade jurídica, uma microempresa, uma empresa de pequeno porte, um ente estatal, uma autarquia, um Estado ou Município, ou outra subdivisão política existente, ou qualquer entidade que exerça função executiva, legislativa, judiciária, regulatória ou administrativa do governo.

"Preço de Integralização" tem o significado previsto na Cláusula 6.3 abaixo.

~~"Primeira Data de Integralização" tem o significado previsto na Cláusula 6.3 abaixo.~~

"Remuneração" tem o significado previsto na Cláusula 7.13 abaixo, inciso II.

"Sociedade Sob Controle Comum" significa, com relação a qualquer ~~pessoa~~Pessoa, qualquer sociedade sob Controle comum com tal ~~pessoa~~Pessoa.

"Taxa DI" significa as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.cetip.com.br>).

"Valor Nominal Unitário" tem o significado previsto na Cláusula 7.4 abaixo.

2. AUTORIZAÇÕES

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e do Contrato de Distribuição serão realizadas com base nas deliberações:

- I. ~~{da reunião do conselho de administração}~~ Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [•] de [•] de 2018; {e}}
- ~~II. {da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em [•] de [•] de 2018; {e}}~~
- III. Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em [•] de [•] de ~~2018~~ 2018.

3. REQUISITOS

3.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação* ~~das atas dos atos societários~~. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) {a ata da ~~reunião do conselho de administração~~ Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [•] de [•] de 2018 {será/foi} arquivada na {JUCERJA} ~~{ou} JUCEPAR~~ {em [•] de [•] de 2018} e publicada no {DOERJ} ~~{ou} DOEPR~~ e no jornal "[•]" {em [•] de [•] de 2018}; Diário Comercial}; e}}
 - (b) {a ata da ~~assembleia geral extraordinária~~ Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em [•] de [•] de 2018 {será/foi} arquivada na {JUCERJA} ~~{ou} JUCEPAR~~ {em [•] de [•] de 2018} e publicada no {DOERJ} ~~{ou} DOEPR~~ e no jornal "[•]" {em [•] de [•] de 2018} Diário Comercial};
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na {JUCERJA} ~~{ou} JUCEPAR~~};
- III. *constituição da Cessão Fiduciária*. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 7.91.1 abaixo, a Cessão Fiduciária {foi/será} formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, e {será} constituída, nos

termos do Contrato de Cessão Fiduciária, mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária no(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos ~~indicado(s) no Contrato de Cessão Fiduciária~~ competente, qual seja, o [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro [e o [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo];

- IV. *depósito para distribuição.* As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3;
- V. *depósito para negociação.* Observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo, as Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures depositadas eletronicamente na B3;
- VI. *registro da Oferta pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos; e
- VII. *registro da Oferta pela ANBIMA.* A Oferta ~~será~~ poderá ser objeto de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que ~~expedido o procedimento de registro pela ANBIMA~~ expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para cumprimento de tal obrigação até o encerramento da Oferta.

4. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 4.1 A Companhia tem por objeto social ~~[•] a~~ exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização, inclusive na modalidade de varejista de energia elétrica, prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e termoeletricas, a prestação de serviços de apoio técnico, operacional administrativo e financeiro, bem como a participação de investimentos em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo, também, a participação de empreendimentos comerciais e industriais.

5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para ~~propósitos corporativos em geral~~gerais.

6. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

6.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, tendo como público alvo Investidores Profissionais.

6.1.1 Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta.

6.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitados o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 3 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, limitado à Data Limite de Colocação prevista no Contrato de Distribuição.

6.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, sendo permitido ao Coordenador Líder acessar até no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário ~~acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização~~ *{ou}* ~~na 1ª (primeira) Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização"), ou pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização até a respectiva Data de Integralização, no caso das integralizações que ocorram após a Primeira Data de Integralização~~ ("Preço de Integralização").

6.4 *Negociação.* As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures depositadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Nos termos do

artigo 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre ~~investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 9º B da Instrução CVM 539~~, Investidores Qualificados, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

7. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 7.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 7.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 7.3 abaixo.
- 7.3 *Quantidade.* Serão emitidas [~~•~~25.000] ([~~•~~vinte e cinco mil]) Debêntures.
- 7.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ [~~•~~10.000,00] ([~~•~~dez mil reais]), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 7.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 7.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem depositadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do (s) Debenturista(s).
- 7.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 7.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 7.9 abaixo.
- 7.9 *Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas, deverá ser constituída, até a ~~Primeira~~ Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, a cessão fiduciária da ~~totalidade dos~~ Conta Vinculada, pela qual circularão direitos creditórios de titularidade da Companhia contra o Banco Depositário decorrentes ~~dos~~ de recursos ~~recebidos e~~ que vierem a ser recebidos pela Companhia de suas Controladas, a título de dividendos, e juros sobre o capital próprio ~~ou quaisquer outras distribuições de lucros~~, em conta de movimentação restrita de titularidade da Companhia mantida junto ao Banco

Depositário ("Conta Vinculada") (~~"Créditos Cedidos Fiduciariamente"~~) ("Cessão Fiduciária").

7.9.1 [Verificada a hipótese do disposto na Cláusula 7.24.2, IV, a Conta Vinculada estará sujeita ao compartilhamento *pari passu*, integrando o conjunto das garantias previstas em contratos que venham a ser eventualmente celebrados com novos credores após a Data de Emissão, tendo por objeto o endividamento da Companhia.] [NOTA PG: DISCUTIR]

7.9.2 ~~7.9.1~~ [Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, ~~deverão ser mantidos, na Cessão Fiduciária~~ deverá ser comprovada, em cada data de pagamento da Remuneração, ~~(i) no período compreendido entre a [Primeira Data de Integralização] e [•] de [•] de 2018 (inclusive), Créditos Cedidos Fiduciariamente correspondentes, no mínimo, ao montante total~~ movimentação na Conta Vinculada, nos últimos 12 (doze) meses, do montante total mínimo equivalente ao pago pela Companhia, a título de Remuneração, nas 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração imediatamente anteriores; ~~e (ii), conforme aplicável ("Montante Mínimo da Cessão Fiduciária")~~ {ou} [Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, ~~deverão ter transitado, na Conta Vinculada, no período compreendido entre [•] de [•] de 2018 (exclusivo) e a Data de Vencimento (inclusive), Créditos Cedidos Fiduciariamente correspondentes à totalidade dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à cada data de pagamento da Remuneração, Créditos Cedidos Fiduciariamente ("Montante correspondentes, no mínimo, ao montante total pago pela Companhia, a título de Remuneração, nas 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração imediatamente anteriores ("Montante Mínimo da Cessão Fiduciária"))~~].] **[NOTA: A SER DISCUTIDO]**

7.9.3 ~~7.9.2~~ As disposições relativas à Cessão Fiduciária, ao Montante da Cessão Fiduciária e à Conta Vinculada estão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

7.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será [•] de [•] de 2018 ("Data de Emissão").

7.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [•] de [•] de 2023 ("Data de Vencimento").

7.12 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização

extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento.

7.13 *Remuneração*. A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios*: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 113,40% (cento e treze inteiros e quarenta centésimos por cento), da variação acumulada da Taxa DI ("*Remuneração*"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a ~~[Data de Emissão] ou [Primeira~~ Data de Integralização] ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em [[•] de [•] de 20[•] [*incluir demais datas*] e na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula: **[NOTA: AF, FAVOR REVER FÓRMULA.]**

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a ~~[Data de Emissão] ou [Primeira~~ Data de Integralização] ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Sendo que:

k = número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

$S = 113,40$;

TDI_k = fator da Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI, divulgada pela B3, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável por seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

7.14 *Indisponibilidade Temporária, Extinção, Limitação e/ou Não Divulgação da Taxa DI.* Serão aplicáveis as disposições abaixo em caso de indisponibilidade temporária, extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI.

7.14.1 Observado o disposto na Cláusula 7.14.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada

oficialmente até a data de cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI.

- 7.14.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado, em sua substituição, o substituto determinado legalmente para tanto. Caso não seja possível aplicar o disposto acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção ou da data da proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para a apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data de cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso (i) a assembleia geral de Debenturistas prevista acima não seja instalada em primeira e segunda convocações ou, se instalada, não haja quórum de deliberação sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, ~~[*]%~~ ~~([*] por cento)~~ das 2/3 (dois terços) Debêntures em Circulação ou (ii) não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, a Companhia ~~optará~~ poderá, a seu exclusivo critério, ~~por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por escrito, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima: resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da~~

Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para a apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, obrigando-se a Companhia a comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por escrito acerca da realização do resgate no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista nesta Cláusula.

- ~~I. resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a [Data de Emissão] ~~(ou) [Primeira Data de Integralização]~~ ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para a apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente; ou~~
- ~~II. amortizar a totalidade das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, sem qualquer prêmio ou penalidade, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização das Debêntures, caso em que esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cronograma, observado que, durante o cronograma estipulado pela Companhia para amortização e até a integral quitação das Debêntures, as Debêntures farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas reunidos na assembleia geral de Debenturistas referida acima, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes.~~

- 7.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada das Debêntures.
- 7.16 *Resgate Antecipado Facultativo Total.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, do 7º (sétimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, de [•] de [•] de 2019, ~~e~~ com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.26 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao

Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, ~~{5}~~ ~~{cinco}~~ Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a ~~{Data de Emissão}~~ ~~{ou}~~ ~~{Primeira}~~ Data de Integralização} ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima (observado que, caso o resgate antecipado facultativo aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração, deverá ser desconsiderada a Remuneração devida até tal data), correspondente a:

- I. 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre [•] de ~~{•}~~ março de 2019 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~ agosto de 2019 (exclusive);
- II. 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre [•] de ~~{•}~~ setembro de 2019 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~ agosto de 2020 (exclusive);
- III. 0,30% (trinta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre [•] de ~~{•}~~ setembro de 2020 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~ agosto de 2021 (exclusive);
- IV. 0,20% (vinte centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre [•] de ~~{•}~~ setembro de 2021 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~ agosto de 2022 (exclusive); e
- V. 0,10% (centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre [•] de ~~{•}~~ setembro de 2022 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

7.17 *Amortização Extraordinária Facultativa Parcial*. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, do 7º (sétimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, de [•] de [•] de 2019, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.26 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, ~~{5}~~ ~~{cinco}~~ Dias Úteis da data do evento, amortizações extraordinárias sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, mediante o pagamento de parcela a ser amortizada do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a ~~{Data de Emissão}~~ ~~{ou}~~ ~~{Primeira}~~ Data de Integralização} ou a data de

pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor da amortização extraordinária descrito acima (observado que, caso a amortização extraordinária facultativa aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração, deverá ser desconsiderada a Remuneração devida até tal data), correspondente a:

- I. 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre [•] de ~~{•}~~março de 2019 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~agosto de 2019 (exclusive);
 - II. 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre [•] de ~~{•}~~setembro de 2019 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~agosto de 2020 (exclusive);
 - III. 0,30% (trinta centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre [•] de ~~{•}~~setembro de 2020 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~agosto de 2021 (exclusive);
 - IV. 0,20% (vinte centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre [•] de ~~{•}~~setembro de 2021 (inclusive) e [•] de ~~{•}~~agosto de 2022 (exclusive); e
 - V. 0,10% (centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre [•] de ~~{•}~~setembro de 2022 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).
- 7.17.1 Os valores pagos a título de amortização extraordinária facultativa do saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Cláusula 7.17 acima serão sempre imputados de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário constantes da Cláusula 7.12 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário.
- 7.18 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 13 e, conforme aplicável, no artigo 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

- 7.19 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 7.20 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, à Remuneração, a prêmio de pagamento antecipado e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam depositadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso.
- 7.21 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
- 7.22 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 7.23 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 7.24 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob

pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

7.25 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.25.1 a 7.25.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, dos valores devidos nos termos da Cláusula 7.25.5 abaixo, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos ~~nas~~, nos termos das Cláusulas 7.25.1 abaixo e 7.25.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

7.25.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.25.3 abaixo:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de [~~11~~ (5 cinco Dias Úteis)] ~~ou~~ [1 (um)] Dia[~~s~~] Út[~~il~~/eis Útil] contado[s] da data do respectivo inadimplemento;
- II. comprovação de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas que comprovadamente resulte em um Efeito Adverso Relevante sobre a capacidade da Companhia de honrar pontualmente suas obrigações nos termos desta Escritura;
- III. cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII abaixo;
- IV. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia ~~e/ou de qualquer de suas Controladas~~, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII abaixo;
- V. (a) decretação de falência da Companhia ~~e/ou de qualquer de suas Controladas~~; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia ~~e/ou por qualquer de suas Controladas~~; (c) pedido de falência da Companhia ~~e/ou de qualquer de suas Controladas~~, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia ~~e/ou de~~

- ~~qualquer de suas Controladas~~, independentemente do deferimento ou homologação do respectivo pedido;
- VI. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. cisão, fusão, incorporação (no qual referida sociedade é a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia ou qualquer outra espécie de reorganização societária possível envolvendo a Companhia (todos esses eventos, em conjunto, “Reorganização Societária”), exceto se ~~(observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto da Cessão Fiduciária)~~:
- (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, ~~[•]%~~ ~~([•] por cento)~~ 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) a Reorganização Societária não implicar na perda do Controle BAM; ou
- (c) (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a ~~[Data de Emissão] {ou} [Primeira~~ Data de Integralização] ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade;
- VIII. redução de capital social da Companhia [em montante individual ou agregado superior a [R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)] a cada exercício social], exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, ~~[•]%~~ ~~([•] por cento)~~ 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) para a absorção de prejuízos;
- IX. [vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados

anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do ~~[IGPM/APCA]~~, ou seu equivalente em outras moedas: ~~]~~ ~~{ou}~~ ~~[declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas (i) que seja decorrente exclusivamente de vencimento antecipado de outra Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas (cross acceleration); e (ii) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas];~~

~~X. [não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 acima;]~~

~~XI. [alteração relevante do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu Estatuto Social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração de sua atividade principal.]~~

7.25.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.25.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, não sanado no prazo de ~~[•] ([•])~~ ~~30 (trinta)]~~ ~~{ou}~~ ~~[20 (vinte)]~~ dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;

~~II. não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 acima;~~

~~III. comprovação da incorreção ou falsidade, em qualquer aspecto relevante, ou falsidade de qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;~~

~~IV. com relação a qualquer dos bens objeto da Cessão Fiduciária e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto ou qualquer outra forma de~~

~~transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (exceto pela Cessão Fiduciária), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, exceto conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária; não sanadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;~~

- III. ~~V.~~ não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, ~~às obrigações à obrigação~~ de reforço e/ou ~~aos limites, percentuais e/ou valores da Cessão Fiduciária, incluindo~~ o limite do Montante Mínimo da Cessão Fiduciária;
- IV. ~~VI. não manutenção das Debêntures em~~ [não garantir aos primeiros Debenturistas as mesmas condições, no mínimo, pari passu com Dívidas Financeiras que a Companhia venha a contratar após a Data de Emissão; pari passu das garantias de ativos e covenants mais restritivos a serem eventualmente previstos em contratos que porventura venham a ser celebrados após a Data de Emissão com novos credores, tendo por objeto o endividamento da Companhia;]
- V. ~~VII.~~ alteração ou transferência do Controle, direto ou indireto, da Companhia, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, ~~[•]% ([•] por cento)~~ 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) ~~por alterações do Controle direto, desde que o Controle indireto permaneça inalterado, observado que não será considerado alteração do Controle indireto, para os fins desta Cláusula, se a BAM permanecer exercendo o controle político sobre a Companhia, independente de sua participação, direta e indireta, no capital social da Companhia; se o Controle BAM permanecer inalterado;~~
- ~~VIII.~~ ~~alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração de sua atividade principal;~~
- VI. ~~IX.~~ [inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Dívida Financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do

[IGPM/APCA], ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de ~~[•]10 ([•]dez)~~ dias contados da data do respectivo inadimplemento;] {ou} [inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas, de qualquer Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas (i) que seja decorrente exclusivamente de inadimplemento de outra Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas (cross default); (ii) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas; e (iii) não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do término do respectivo prazo de cura estabelecido nos instrumentos em que a Dívida Financeira foi formalizada];

VII. ~~X.~~ ~~protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas (ainda que na condição de garantidora),~~ em valor, individual ou agregado, igual ou superior a ~~R\$20.000.000,00~~ ~~(vinte[R\$50.000.000,00 (cinquenta~~ milhões de reais)] ~~{ou}~~ ~~[R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)]~~, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do [IGPM/APCA], ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo ~~legal~~ de 10 (dez) Dias Úteis da sua ocorrência, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que, o(s) protesto(s) foi(ram) ~~cancelado(s) ou suspenso(s)~~ efetuado(s) por erro ou má fé de terceiros, a(s) dívida(s) representada(s) por aquele título foi(ram) paga(s), garantida(s) ou contestada(s) por meio dos procedimentos adequados, o(s) protesto(s) foi(ram) sustado(s) ou cancelado(s) ou, ainda, se foi objeto de medida judicial que o(s) tenha(m) suspenso(s) ou foram prestadas garantias em juízo;

VIII. ~~XI.~~ ~~inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas,~~ de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a ~~R\$20.000.000,00~~ ~~(vinte[50.000.000,00 (cinquenta~~ milhões de reais)] ~~{ou}~~ ~~[R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)]~~, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do [IGPM/APCA], ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de ~~[•]([•]5 (cinco) Dias Úteis]~~ ~~{ou}~~ ~~[10 (dez) dias]~~ contados da data do respectivo inadimplemento;

IX. ~~XII.~~ ~~cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência,~~ pela Companhia ~~e/ou por qualquer de suas Controladas,~~ por

qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto ~~(observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto da Cessão Fiduciária):~~

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, ~~[*]%~~ ~~([*] por cento)~~ 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios; ou
- (c) ~~[por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em valor, individual ou agregado, [por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, igual ou inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do [IGPM/IPCA], ou seu equivalente em outras moedas] ~~{ou}~~ [somado ao valor das vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a [*]%~~ ~~([*] por cento) do ativo total da Companhia, com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia];~~ se mantido o Índice Financeiro pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão; ou]
- (d) [se a Companhia estiver adimplente com todas as suas obrigações pecuniárias no âmbito da presente Escritura de Emissão;]
- (e) ~~XIII. constituição de qualquer Ônus sobre ativo(s) da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas, exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto~~ que comprovadamente implique na deterioração ou depreciação da Cessão Fiduciária); ~~]~~
 - ~~(a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, [*]%~~ ~~([*] por cento) das Debêntures em Circulação;~~
 - ~~(b) [por Ônus existentes na Data de Emissão], conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia então mais recentes na Data de Emissão];~~
 - ~~(c) [por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;]~~

- (d) ~~[por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento;]~~
- (e) ~~[por Ônus constituídos para financiar a aquisição, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;]~~
- (f) ~~[por Ônus constituídos sobre valores recebidos em contrapartida à venda de qualquer ativo, desde que tal Ônus seja constituído exclusivamente para garantir eventuais contingências relacionadas ao ativo vendido;]~~
- (g) ~~[por Ônus constituídos em decorrência de exigência do licitante em concorrências públicas ou privadas (*performance bond*), até o limite e prazo determinados nos documentos relativos à respectiva concorrência;]~~
- (h) ~~[por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos; ou]~~
- (i) ~~[por Ônus constituídos em garantia de dívidas em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do [IGPM/IPCA], ou seu equivalente em outras moedas;]~~

X ~~XIV.~~ desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte ~~na perda, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos~~ em um Efeito Adverso Relevante;

XI ~~XV.~~ distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, durante o exercício de 2023, de dividendos; ~~e/ou~~ juros sobre o capital próprio ~~ou quaisquer outras distribuições de lucros~~ relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, em valor, individual ou agregado, superior aos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do ~~estatuto social~~ Estatuto Social da Companhia vigente na Data de Emissão, que vierem a ser aprovados pela ~~assembleia geral de ordinária~~ Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia que deliberar acerca das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022; ~~ou~~ **[NOTA: A SER DISCUTIDO]**

XII. [distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do Estatuto Social da Companhia na Data da Emissão caso a Companhia esteja em mora com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão;]

XIII. ~~XVI.~~ não observância, pela Companhia, por 4 (quatro) Datas de Apuração consecutivas, do índice financeiro ~~abaixo~~ decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida da Companhia pelo EBITDA da Companhia, que deverá ser inferior a 4,5 vezes ("Índice Financeiro"), ~~a.~~

Para fins deste item, o Índice Financeiro deverá ser apurado pela Companhia anualmente, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 8.1 abaixo, inciso II, alínea (a) ("Data de Apuração"), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de ~~2018~~ 2018.

~~(a) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida da Companhia pelo EBITDA da Companhia, que deverá ser inferior a 4,5 vezes. Caso, em determinada Data de Apuração, o Agente Fiduciário verifique o descumprimento do Índice Financeiro pela Companhia, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de [5 (cinco) Dias Úteis] contados de referida Data de Apuração, notificar a Companhia e sua Controladora para que seja realizado aporte de recursos na Companhia em montante suficiente para atendimento do Índice Financeiro ("Valor do Aporte") no prazo de [30 (trinta) dias] contados da data de recebimento da notificação do Agente Fiduciário. Findo o prazo de [30 (trinta) dias] previsto neste item, o Agente Fiduciário deverá realizar nova apuração do Índice Financeiro, observados que, exclusivamente para fins da apuração de que trata este item, a Dívida Líquida deverá ser reduzida em valor correspondente ao Valor do Aporte.~~

- 7.25.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.25.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.25.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.25.2 acima, observadas as condições previstas nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 9.6 abaixo, convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, ~~assembleia geral~~ Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo ~~mínimo previsto em lei. Se a referida assembleia geral~~ de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Se a referida Assembleia Geral de Debenturistas:

- I. tiver sido instalada, em primeira convocação ou em segunda convocação, e Debenturistas representando, no mínimo, ~~[.]% ([.] por cento)~~ 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; ou
- II. tiver sido instalada, em primeira convocação ou em segunda convocação, mas não tenha sido atingido o quórum de deliberação previsto no inciso I acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; ou
- III. não tiver sido instalada em primeira e em segunda convocações, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, ~~considerar~~ declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis, contados da declaração do vencimento antecipado.

7.25.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a ~~[Data de Emissão] (ou) [Primeira~~ Data de Integralização] ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, no prazo de até ~~35 (três~~ 35 (três cinco) Dias Úteis contados da data do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

- 7.25.6 O pagamento a que se refere a Cláusula 7.25.5 acima deverá ser realizado nos termos da Cláusula 7.20 acima, item (ii).
- 7.25.7 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá notificar o Escriturador, o Banco Liquidante e a B3 acerca de tal acontecimento no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua ocorrência.
- 7.25.8 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução da Cessão Fiduciária, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução da Cessão Fiduciária, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, sendo considerada dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.
- 7.26 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no ~~{DOERJ}~~ ~~{ou}~~ ~~{DOEPR}~~ e no jornal "~~{•}~~", **sempre imediatamente** Diário Comercial", **prontamente** após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

8.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores e fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");
- II. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) no prazo de até 510 (cinco dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I acima, relatório específico de apuração do Índice Financeiro, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo do Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - (b) no prazo de até 510 (cinco dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I acima, declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu ~~estatuto social~~ Estatuto Social, atestando (i) a veracidade e ausência de vícios do Índice Financeiro; (ii) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (iii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (iv) que seus bens foram mantidos assegurados os termos do inciso VII abaixo; e (v) que não foram praticados atos em desacordo com seu ~~estatuto social~~ Estatuto Social;
 - (c) no prazo de até 30 (trinta) dias antes da data de encerramento do prazo para disponibilização, na página do Agente ~~Fiduciária~~ Fiduciário na rede mundial de computadores, do relatório anual do Agente Fiduciário, conforme Instrução CVM

583, informações financeiras, atos societários e organograma ~~do grupo societário~~ da Companhia (que deverá conter todas as suas ~~Afiladas e integrantes do bloco de Controle no encerramento de cada exercício social~~ Controladas) e demais informações necessárias à realização do relatório que venham a ser ~~solicitados~~ razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

- (d) no prazo de até 25 (dois e cinco) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (e) no prazo de até 25 (dois e cinco) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de (i) qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e/ou (ii) qualquer Evento de Inadimplemento;
- ~~(f) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Efeito Adverso Relevante;~~
- ~~(g)~~ (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- ~~(g)~~ (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos, cópia eletrônica (formato PDF) do protocolo para arquivamento desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão perante a ~~{JUCERJA}~~ ~~{ou}~~ ~~{JUCEPAR}~~;
- ~~(h)~~ (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na ~~{JUCERJA}~~ ~~{ou}~~ ~~{JUCEPAR}~~, uma via original desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão inscrita(o) na ~~{JUCERJA}~~ ~~{ou}~~ ~~{JUCEPAR}~~; E;
- ~~(i)~~ (j) no prazo de até ~~10 (dez) Dias Úteis contados da data de destinação dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da destinação dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 acima;~~ 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e de seus aditamentos, cópia eletrônica

(formato PDF) do protocolo para registro do Contrato de Cessão Fiduciária ou do respectivo aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária perante o [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro [e o [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo];

(i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro no [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro [e o [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo] uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária ou do respectivo aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária devidamente registrado no [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro [e o [•]º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo]; e

- III. cumprir, ~~e fazer com que suas Controladas cumpram,~~ as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial [ou cujo descumprimento não possa ~~causar~~ comprovadamente resultar em um Efeito Adverso Relevante];
- IV. cumprir, ~~e fazer com que suas Afiliadas, Controladas cumpram, e~~ envidar os melhores esforços para que os empregados e eventuais subcontratados agindo em seu nome e benefício cumpram, a Legislação Anticorrupção, bem como (a) manter políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento da Legislação Anticorrupção; (b) dar ~~pleno~~ conhecimento da Legislação Anticorrupção a todos os profissionais com quem venha a ~~se relacionar~~ celebrar contratos, previamente ao início de sua ~~atuação~~ contratação; (c) não violar, ~~assim como suas Afiliadas, fazer com que suas Controladas não violem, e envidar os melhores esforços para que os~~ empregados e eventuais subcontratados agindo em seu nome e benefício, não violem as Leis Anticorrupção; e (d) no prazo de até 25 (dois cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, comunicar ~~essa~~ os Debenturistas e ~~ao~~ Agente Fiduciário ~~de~~ qualquer ato ou fato relacionado ao disposto neste inciso que viole a Legislação Anticorrupção;
- V. manter, ~~assim como suas Controladas,~~ em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal),

trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa ~~causar~~ comprovadamente resultar em um Efeito Adverso Relevante;

- VI. manter, ~~e fazer com que suas Controladas mantenham,~~ sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, estritamente necessários ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estejam em processo ~~tempestivo~~ de renovação ou emissão ou ainda, cuja ausência não possa comprovadamente causar um Efeito Adverso Relevante;
- VII. manter, ~~e fazer com que suas Controladas mantenham,~~ seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VIII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações estritamente necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- IX. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Banco Depositário, o Auditor Independente, o ambiente de distribuição no mercado primário (MDA) e o ambiente de negociação no mercado secundário (CETIP21);
- X. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XI. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.4 abaixo, inciso II;
- XII. notificar, ~~na mesma data,~~ o Agente Fiduciário, na mesma data da convocação, pela Companhia, de qualquer ~~assembleia-geral~~ Assembleia Geral de Debenturistas;
- XIII. convocar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, ~~assembleia-geral~~ Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre

qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;

- XIV. comparecer, por meio de seus representantes, às ~~assembleias-gerais~~Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que ~~solicitadas~~solicitado; e
- XV. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à B3 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à B3;
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela B3; e
 - (h) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, o relatório anual do Agente Fiduciário e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado, ainda, o disposto na alínea (d) acima.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o ~~contrato social~~ Contrato Social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;

- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações relativas à Cessão Fiduciária e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 583 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Instrução CVM 583;
- XII. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que [inexistem outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia, por sociedade Coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias, nos termos da Instrução CVM 583; e] *{ou}* [presta serviços de agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias nas seguintes emissões: [indicar emissões, informando denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de valores mobiliários emitidos; espécie e garantias envolvidas; prazo de vencimento; taxa de juros; e inadimplemento no período]; e
- XIII. assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares de valores mobiliários em que [atue ou] venha a atuar como agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias, respeitadas as garantias, as obrigações e os direitos específicos atribuídos aos respectivos titulares de valores mobiliários de cada emissão ou série.

-
- 9.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, ou até sua substituição.
- 9.3 Em caso de impedimentos, renúncia, destituição, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. os Debenturistas podem substituir o Agente Fiduciário e indicar seu substituto a qualquer tempo após o encerramento da Oferta, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Companhia e aos Debenturistas, mediante convocação de assembleia geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo ser convocada por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; na hipótese da convocação não ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia realizá-la; em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da assembleia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório;
 - V. a substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de inscrição do aditamento a esta Escritura de Emissão nos termos da Cláusula 3.1 acima, inciso II, juntamente com a declaração e as demais informações exigidas no artigo 5º, *caput* e parágrafo 1º, da Instrução CVM 583;

- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 7.26 acima e 13 abaixo; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

9.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

- I. receberá uma remuneração:
 - (a) de R\$~~[*]~~ [*]10.000,00 (dez mil) reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
 - (b) adicional, em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, equivalente a R\$~~[*]~~ [*]500,00 ([*]quinhentos) reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, e aprovação, pela Companhia, do relatório de horas, referente às atividades de (i) realização de aditamentos aos instrumentos legais relacionados à emissão; (ii) assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Companhia; (iii) comparecimento em reuniões formais com a Companhia e/ou Debenturistas e/ou assembleias gerais de Debenturistas; e (iv) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas;
 - (c) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação positiva acumulada do ~~[IGPM/APCA]~~ ou

do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário, assim como a parcela indicada no item (b) acima;

- (d) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- (e) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese do Agente Fiduciário ainda estiver exercendo atividades inerentes à sua função em relação à Emissão, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (c) acima;
- (f) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo ~~IGPM~~/IPCA, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
- (g) [realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;]

- II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas no âmbito da presente Emissão ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) ~~dias~~ Dias Úteis contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco)

Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, e outras que vierem a ser exigidas pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- (b) extração de certidões em nome da Companhia;
- (c) despesas cartorárias para fins estritos da presente Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
- (d) transporte, viagens, alimentação e estadas, quando estritamente necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
- (e) despesas com fotocópias, digitalizações e envio de documentos relacionados à presente Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
- (f) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas para discussões de assuntos estritamente relacionados à presente Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e
- (g) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização ~~;~~ em nome de assessoria jurídica aos Debenturistas, todos os quais para discussões de assuntos estritamente relacionados à presente Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

~~(h) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;~~

- III. poderá solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros,

enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como sua remuneração e as despesas a que se referem os incisos I e II acima, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

9.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da assembleia geral de Debenturistas prevista no artigo 7º da Instrução CVM 583 para deliberar sobre sua substituição;
- IV. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à Cessão Fiduciária e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. diligenciar junto à Companhia para que esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e seus aditamentos sejam inscritos, registrados e/ou averbados, conforme o caso, nos termos da Cláusula 3.1 acima, adotando, no caso da omissão da Companhia, as medidas eventualmente previstas em lei;

- VII. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Companhia e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso XIX abaixo, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- VIII. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
- X. examinar proposta de substituição dos bens dados em ~~garantia~~Cessão Fiduciária, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
- XI. intimar a Companhia a reforçar a Cessão Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
- XII. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade onde se situe os bens objeto da Cessão Fiduciária ou o domicílio ou a sede da Companhia;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa da Companhia;
- XIV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 10.3 abaixo;
- XV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscreverem e integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a B3 a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer e (b) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;
 - XVIII. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Companhia, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo obrigações relativas à Cessão Fiduciária e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Companhia, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data da ciência, pelo Agente Fiduciário, do inadimplemento;
 - XIX. no prazo de até 4 (quatro) meses contados do término do exercício social da Companhia, divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, e enviar à Companhia para divulgação na forma prevista na regulamentação específica, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, descrevendo os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos às Debêntures, conforme o conteúdo mínimo estabelecido no Anexo 15 à Instrução CVM 583;
 - XX. manter o relatório anual a que se refere o inciso XIX acima disponível para consulta pública em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos;
 - XXI. manter disponível em sua página na rede mundial de computadores lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias;
 - XXII. divulgar em sua página na rede mundial de computadores as informações previstas no artigo 16 da Instrução CVM 583 e mantê-las disponíveis para consulta pública em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos; e
 - XXIII. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na rede mundial de computadores e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário.
- 9.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão e/ou em

qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12 da Instrução CVM 583, incluindo:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
- II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, executar a Cessão Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

9.7 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

9.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 9.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.

9.10 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 7.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

10.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.

10.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário com poderes específicos para tanto, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas (inclusive aquelas relativas à renúncia ou ao perdão temporário a um Evento de Inadimplemento) dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, ~~10%~~ ~~(10 por cento)~~ de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 10.6 acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 7.14.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da Cessão Fiduciária; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (j) das disposições relativas a amortizações extraordinárias facultativas; (k) da criação de evento de oferta facultativa de resgate antecipado; ou (l) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.
- 10.7 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
- 10.8 Fica desde já dispensada a realização de assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre (i) correção de erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (ii) alterações a esta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas já expressamente permitidas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (iii) alterações a esta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas em decorrência de exigências formuladas pela CVM, pela B3 ou pela ANBIMA; ou (iv) alterações a esta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas em decorrência da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas e/ou à Companhia ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
- 10.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

11. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

11.1 A Companhia, ~~neste ato,~~ na Data de Emissão ~~e em cada Data de Integralização,~~ declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, ~~e~~ regulatórias ~~e de terceiros~~, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, à realização da Emissão e da Oferta, ~~tendo sido plenamente satisfeitos~~ estando apta a cumprir com todos os requisitos legais, societários, ~~e~~ regulatórios ~~e de terceiros~~ necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas têm, conforme o caso, poderes societários e/ou ~~delegados~~ outorgados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. exceto pelo disposto na Cláusula 3 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e, conforme o caso, à realização da Emissão e da Oferta;
- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o ~~estatuto social~~ Estatuto Social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual

qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia, exceto pela Cessão Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

- VII. ~~está adimplente~~ concorda em cumprir com ~~o cumprimento das~~ obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, ~~e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;~~
- VIII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- IX. os documentos e informações a serem fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Profissionais ~~são~~ serão, em seus aspectos relevantes, verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- X. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 representam, em seus aspectos relevantes, ~~corretamente~~ a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XI. desde a data das mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, não houve qualquer ~~(a)~~ Efeito Adverso Relevante; ~~(b) operação relevante realizada pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas;~~ ~~(c) obrigação relevante, direta ou contingente, incorrida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas;~~ ou ~~(d) alteração no capital social ou aumento no endividamento da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas;~~
- XII. ~~está, assim como suas Controladas,~~ cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas

atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou que não resulte em um Efeito Adverso Relevante;

- XIII. está, ~~assim como suas Controladas~~, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não ~~possa causar~~ resulte em um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. possui, ~~assim como suas Controladas~~, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, estritamente necessários ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estejam em processo ~~tempestivo~~ de renovação ou de emissão ou, ainda, cuja ausência não ~~possa causar~~ resulte em um Efeito Adverso Relevante;
- XV. cumpre ~~e~~, faz cumprir com que suas Controladas cumpram, assim como ~~suas Afiliadas~~, envida os seus melhores esforços para que os seus empregados e eventuais subcontratados agindo em seu nome e benefício, cumpram a Legislação Anticorrupção, bem como (a) mantém políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento da Legislação Anticorrupção; (b) dá ~~pleno~~ conhecimento da Legislação Anticorrupção a todos os profissionais com quem venha a ~~se relacionar~~ contratar, previamente ao início de sua ~~atuação~~ contratação; (c) não violou, ~~assim como suas Afiliadas~~, suas Controladas não violaram, e, no seu melhor conhecimento, seus empregados e eventuais subcontratados agindo em seu nome e benefício, não violaram as Leis Anticorrupção; e (d) comunicará ~~os~~ aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 7.26 acima ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário) e ~~ao~~ o Agente Fiduciário, caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado ao disposto neste inciso que viole a Legislação Anticorrupção;
- XVI. inexistem, ~~inclusive em relação às suas Controladas~~, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, ~~em qualquer dos casos deste inciso~~, (i) que ~~possa causar~~ resulte em um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou

de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e

XVII. inexistir qualquer situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

11.2 A Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário ~~por todos e quaisquer~~ pelos prejuízos, danos diretos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) razoavelmente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção em qualquer aspecto relevante de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1 acima.

11.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, (i) os Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.26 acima ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário) e (ii) o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

12. DESPEAS

12.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Emissão e a Oferta e com a estruturação, emissão, registro, depósito e execução das Debêntures e da Cessão Fiduciária, incluindo publicações, inscrições, registros, depósitos, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Banco Depositário, do Auditor Independente e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos estritamente relacionados ~~às~~ à Emissão das Debêntures e à Cessão Fiduciária.

13. COMUNICAÇÕES

13.1 Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas (i) no caso das comunicações em geral, na data de sua entrega, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; e (ii) no caso das comunicações realizadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

- I. para a Companhia:
Brookfield Energia Renovável S.A.
[•]
[CEP] [Cidade], [UF]
At.: Sr. [•]
Telefone: ([•]) [•]
Correio Eletrônico: [•]
- II. para o Agente Fiduciário:
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda.
Rua Sete de Setembro 99, 24º andar, [Centro](#)
20050-005 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha
Sr. Matheus Gomes Faria
Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Correio Eletrônico: fiduciario@simplificpavarini.com.br

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 14.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio, na forma de aditamento assinado por todas as Partes, o qual deverá ser registrado na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 14.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
- 14.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

- 14.5 As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I, III e V, do Código de Processo Civil.
- 14.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 538 e dos artigos sobre as diversas espécies de execução (artigo 797 e seguintes), todos do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

15. LEI DE REGÊNCIA

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

16. FORO

- 16.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade ~~{do Rio de Janeiro} {ou} {de Curitiba}~~, Estado do ~~{Rio de Janeiro} {ou} {Paraná}~~, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em [•] ([•]) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

~~{Rio de Janeiro} {ou} {Curitiba}~~, [•] de [•] de 2018.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

-
Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de Brookfield Energia Renovável S.A., celebrado em [•] de [•] de 2018, entre Brookfield Energia Renovável S.A. e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Página de Assinaturas.

BROOKFIELD ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
Id.:
CPF:

Nome:
Id.:
CPF: